

O Regime Cambial em São Tomé e Príncipe

Situação atual e desafios

Maria João Azevedo – Banco de Portugal

8 de novembro de 2019



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

Alguns fundamentos para a opção do regime de paridade fixa ao euro:

- As características estruturais da economia de São Tomé e Príncipe – uma pequena economia aberta, com significativos custos de insularidade
- A elevada concentração geográfica nas transações de bens e serviços e na origem dos fluxos financeiros externos
- O exemplo de outros Acordos semelhantes bem sucedidos (ex: ACC com Cabo Verde)

Principais objetivos do Acordo:

- A estabilidade macroeconómica, nomeadamente a estabilidade dos preços
- A aproximação económica a Portugal e aos países da área do euro, através do fomento das relações económicas e financeiras com estes países



Avaliação do cumprimento dos objetivos

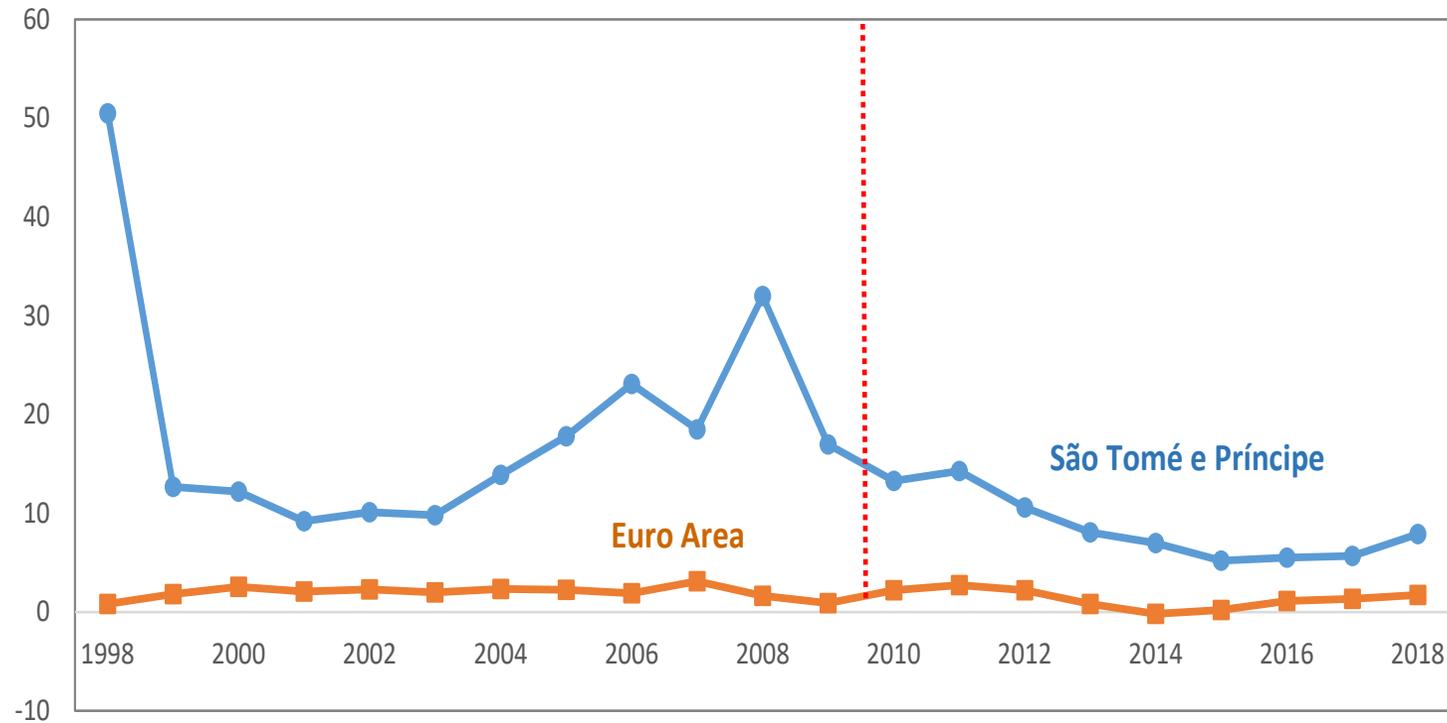
Apesar de ser difícil de isolar o efeito de outros fatores, tais como os programas celebrados com o FMI, que têm igualmente promovido uma gestão prudente das contas públicas, **o regime cambial implementado em 2010 terá contribuído para a estabilização dos preços** (apesar do retrocesso nos últimos dois anos) **e para a promoção da abertura da economia.**

Estas conclusões são sustentadas pela observação dos seguintes indicadores:

- **Inflação**
- **PIB real (taxa de variação anual)**
- **Saldo orçamental (% do PIB)**
- **Financiamento externo**
- **Grau de cobertura das importações pelas exportações**



Inflação média

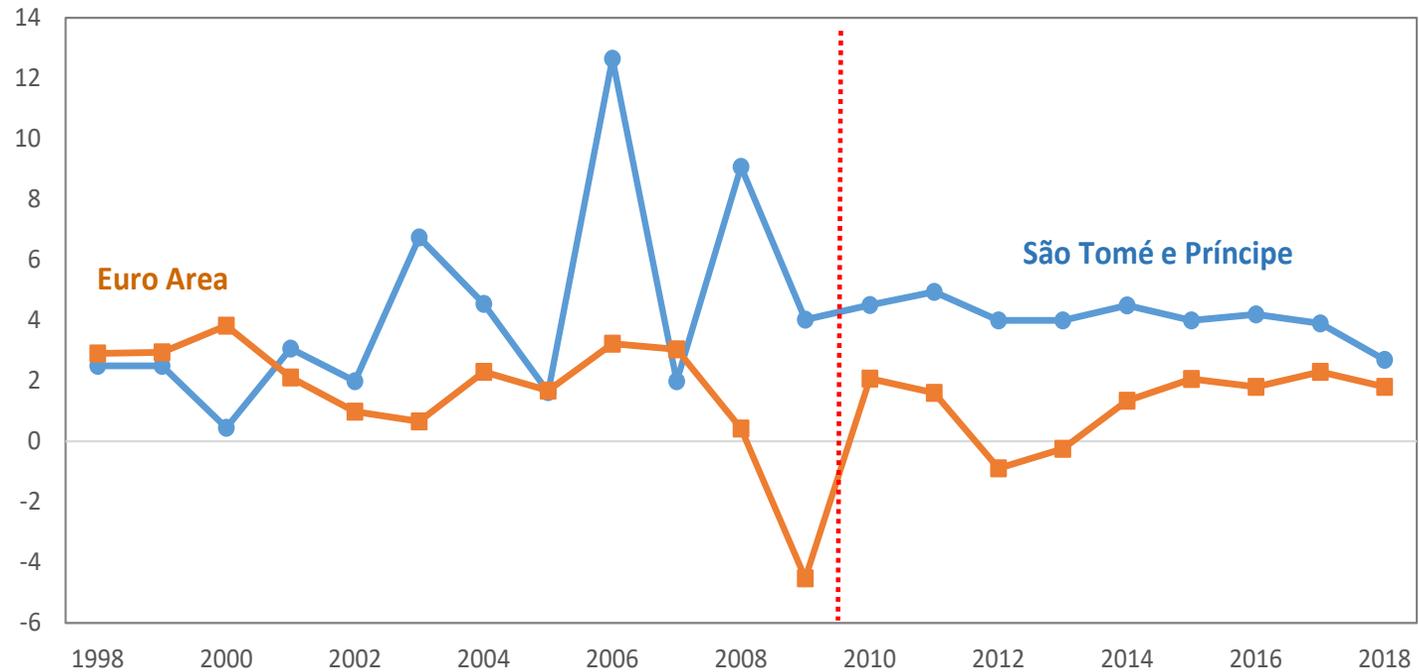


Os níveis de inflação reduziram-se sustentadamente após a adoção da paridade cambial fixa face ao euro e até 2016.

Mais recentemente, fatores prejudicaram essa convergência: o reforço da carga tributária (impostos indiretos) e condições climáticas adversas, com efeitos nos preços de componentes significativas do cabaz de referência da inflação.



PIB real (taxa de variação anual)

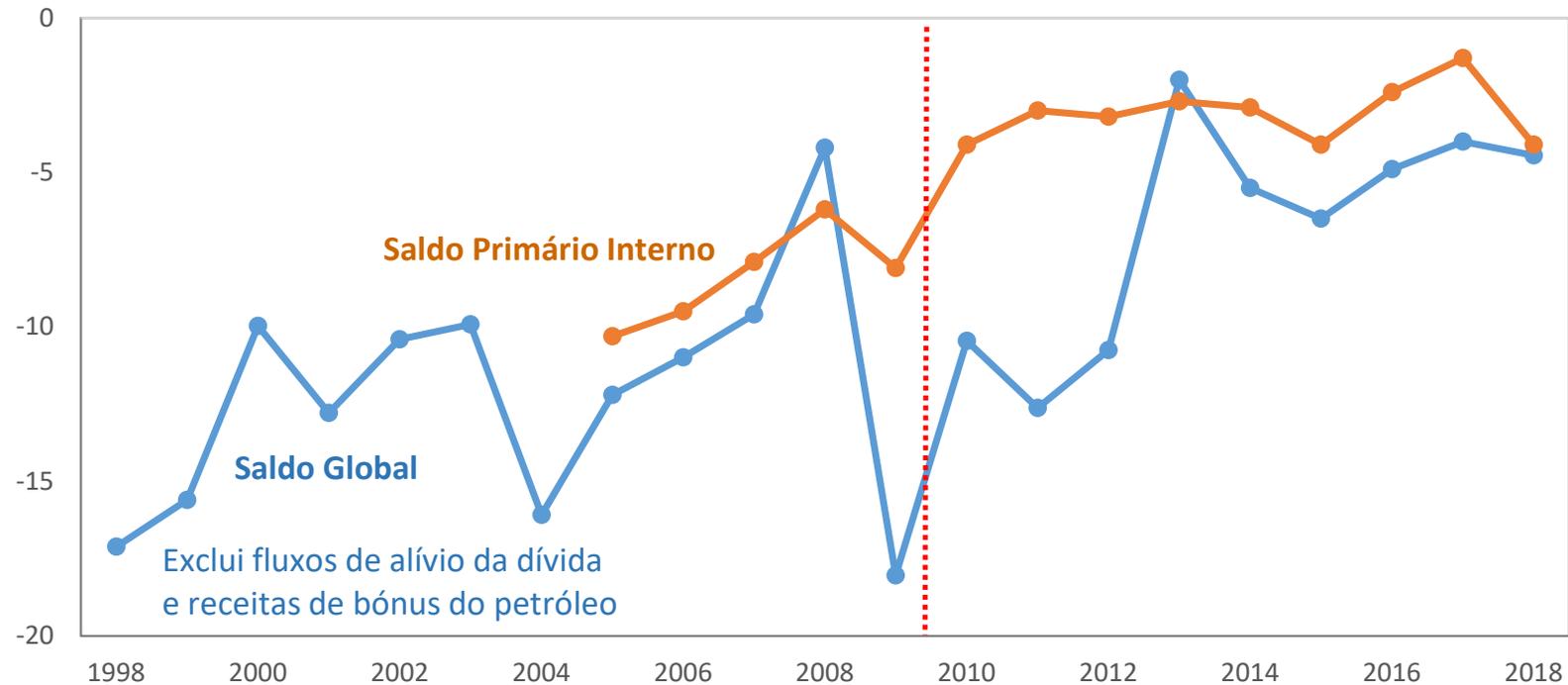


Reduziu-se significativamente a volatilidade do comportamento da economia, para o que terá contribuído a disciplina orçamental que o novo regime cambial requer.

No entanto, o crescimento em torno dos 4%, desde 2009, tem-se revelado insuficiente para reduzir os níveis de pobreza.



Saldo orçamental (em % do PIB)

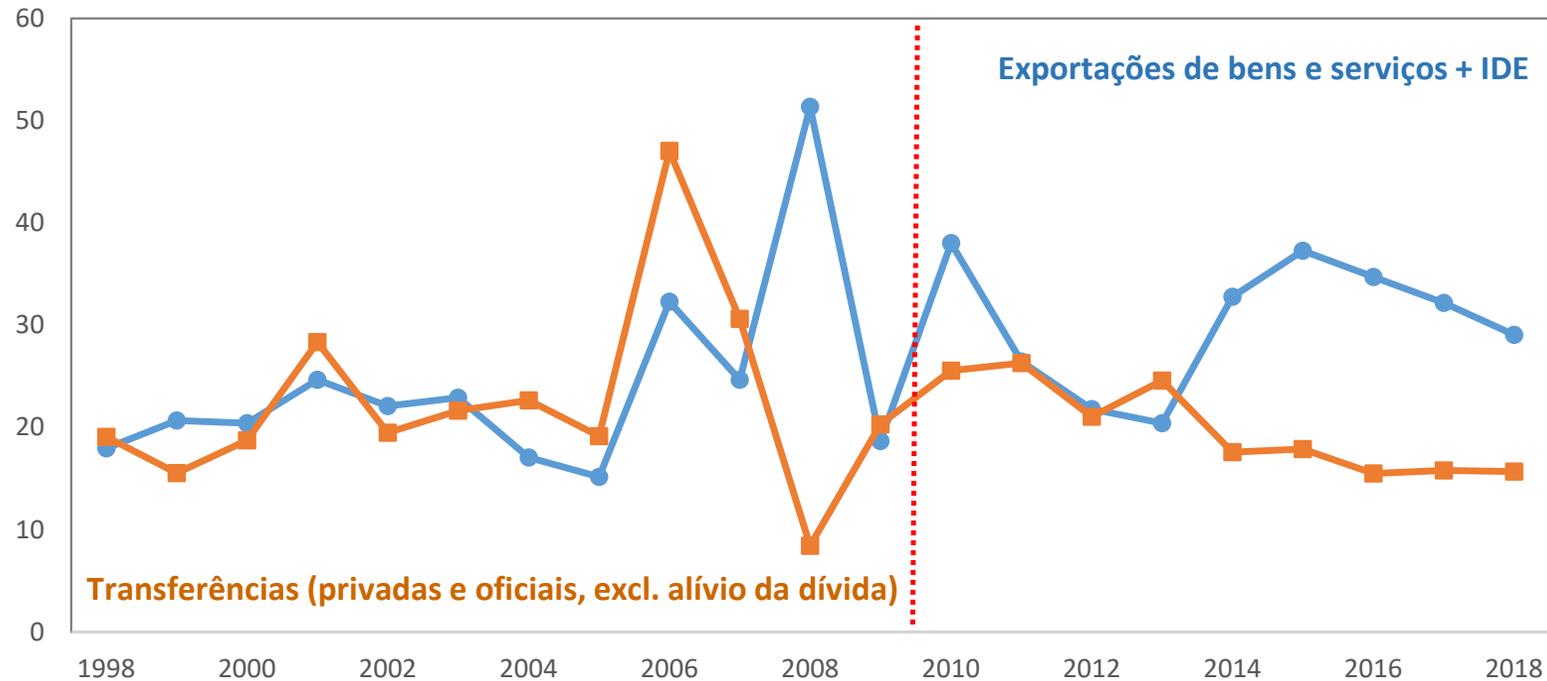


O nível do saldo orçamental melhorou consideravelmente desde a adoção do novo regime cambial, apesar da execução orçamental estar muito dependente das contribuições externas (sobretudo para o financiamento de projetos de investimento público)

Esta tendência é mais visível no comportamento do saldo primário interno, variável mais diretamente controlável pelas autoridades, que exclui os donativos e as receitas do petróleo e, do lado da despesa, os juros da dívida (os anos de 2015 e 2017 constituíram uma exceção a esta tendência positiva de estabilização do saldo primário interno).



Financiamento externo (em % do PIB)

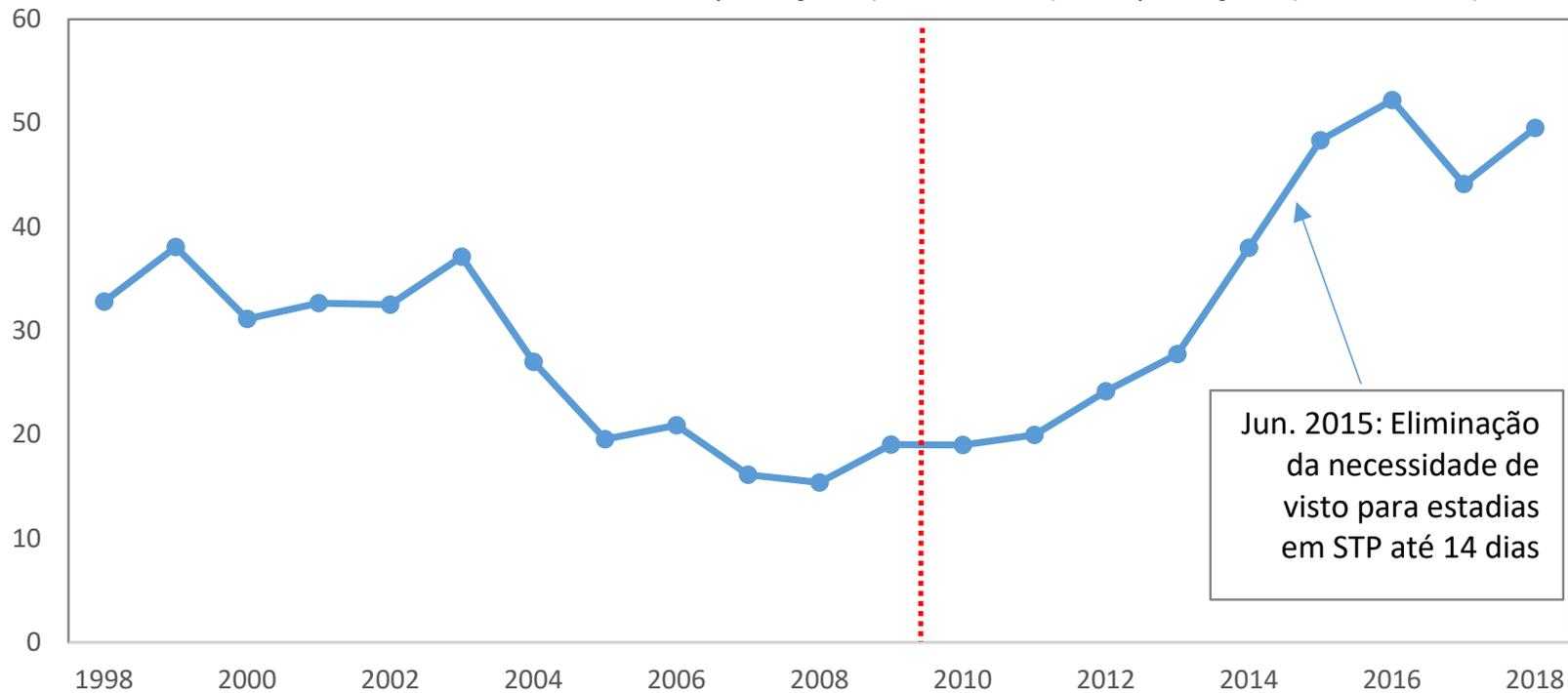


O modelo de financiamento externo da economia tem apresentado menor volatilidade desde a implementação do ACE. As exportações e os fluxos de IDE sobrepuseram-se, nos últimos anos, às transferências (essencialmente donativos).

Apesar da crise financeira na Europa (principal fonte de IDE) ter prejudicado as perspectivas de que São Tomé e Príncipe pudesse vir a ser um significativo beneficiário de fluxos de IDE, nos últimos anos razões de natureza interna reduziram as condições de atratividade do investimento estrangeiro. Em contrapartida, desde 2014 o turismo (exportações de serviços) tem vindo a ocupar um papel central no financiamento da economia.



Grau de cobertura das importações pelas exportações (bens e serviços, em %)



Apesar do elevado desequilíbrio comercial, nos últimos anos tem-se verificado um aumento do grau de cobertura das importações pelas exportações de bens e serviços face ao que se verificava antes do ACE: passamos de valores em torno dos 20% nos anos anteriores a 2010 para valores próximo dos 50%. As receitas associadas ao turismo têm sido o principal fator deste progresso.

Este efeito – fomento do turismo – pode ser avaliado como o impacto estabilizador transversal do peg.



Os últimos anos não têm sido particularmente favoráveis para o comportamento da economia santomense.

A recente assinatura de um programa de estabilização económica com o FMI e uma rigorosa disciplina orçamental poderão permitir o regresso à trajetória de estabilidade e convergência que caracterizou os primeiros anos após a celebração do Acordo.



Como principais desafios / riscos, destacaria:

- **O enquadramento externo desfavorável, num modelo de crescimento assente no aumento das exportações**
- **O desenvolvimento de infraestruturas, condição necessária ao fomento do turismo**
- **A capacidade de assegurar a captação de recursos externos**
- **O desenvolvimento de enquadramento legal e regulamentar promotor de IDE**
- **O reforço da robustez do sistema bancário**
- **Uma prudente gestão cambial**
- **E por último, a reflexão sobre a adoção do Artº VIII dos Estatutos do FMI**

